

Fernando Alcantara Castelo

COISA JULGADA PARCIAL E AÇÃO RESCISÓRIA

Prefácio de Luiz Henrique Sormani Barbugiani

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurúá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-888-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1212176

Castelo, Fernando Alcantara.

C349 Coisa julgada parcial e ação rescisória./ Fernando
Alcantara Castelo./ Curitiba: Jurúá, 2021.
164p.; 21 cm

1. Coisa julgada. 2. Ação rescisória. 3. Processo
civil – Brasil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347 (22.ed)

000035

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PREMISSAS NECESSÁRIAS	17
1.1 O CPC DE 2015 E OS PRINCÍPIOS QUE O NORTEIAM	17
1.1.1 Direito à Tutela Adequada, Efetiva, Justa e Tempestiva.....	19
1.1.2 Igualdade Processual e Paridade de Armas	20
1.1.3 Razoável Duração do Processo	21
1.1.4 Unidade do Código	22
1.2 TIPOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	22
1.2.1 Sentenças	23
1.2.2 Decisões Interlocutórias.....	24
1.2.3 Despachos	24
1.2.4 Acórdãos e Decisões Monocráticas de Relator.....	25
1.3 MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS	26
1.3.1 Recursos.....	27
1.3.2 Ações Autônomas de Impugnação.....	28
1.3.3 Sucedâneos Recursais	29
2 A TEORIA DOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA OU DA DECISÃO	31
2.1 CAPÍTULOS DA DECISÃO NO CPC DE 2015	33
2.2 CAPÍTULOS INDEPENDENTES, CAPÍTULOS CONDICIONAN- TES OU CAPÍTULOS PREMISSAS E CAPÍTULOS DEPENDEN- TES.....	35
2.3 CONSEQUÊNCIAS E REPERCUSSÕES PROVOCADAS PELA ADOÇÃO DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DA DECISÃO.....	36
2.3.1 Recursos Totais e Recursos Parciais	37

2.3.2	Trânsito em Julgado dos Capítulos em Momentos Distintos	38
2.3.3	Possibilidade de Propositura de Ação Rescisória contra Capítulos Autônomos.....	39
2.4	CONCRETIZANDO O QUE FOI EXPOSTO PARA OBTER AS CONCLUSÕES PARCIAIS	40
3	AS DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO.....	45
3.1	O QUE É O MÉRITO?	45
3.2	ROMPIMENTO COM O DOGMA CHIOVENDIANO DA UNIDADE DO JULGAMENTO.....	48
3.3	JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	52
3.3.1	Pressupostos para o Julgamento Parcial do Mérito	55
3.3.2	Hipóteses que Tornam Possível o Julgamento Parcial do Mérito.....	56
3.3.2.1	Pedido incontroverso.....	56
3.3.2.2	Pedido em condições de julgamento imediato.....	57
3.3.2.3	Improcedência liminar de parte do pedido.....	58
3.3.2.4	Reconhecimento parcial de prescrição ou decadência ..	59
3.3.2.5	Homologação de ato de disposição de vontade relativa a parte do mérito	59
3.3.3	Faculdade ou Dever do Juiz?	59
3.4	DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E REMESSA NECESSÁRIA	60
3.5	DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO E EXECUÇÃO DEFINITIVA... ..	64
4	ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A COISA JULGADA	67
4.1	CONCEITO E NOÇÕES GERAIS	67
4.1.1	Natureza Jurídica do Instituto	70
4.1.2	Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material.....	72
4.1.3	Efeitos da Coisa Julgada	73
4.2	COISA JULGADA E SEGURANÇA JURÍDICA.....	74
4.3	PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA	76
4.4	COISA JULGADA E TUTELA ADEQUADA DOS DIREITOS	78

4.5	LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	79
4.5.1	Regime Comum: Coisa Julgada sobre Questão Principal.....	79
4.5.2	Regime Especial: Coisa Julgada sobre Questão Prejudicial (Art. 503, § 1º)	80
4.6	COISA JULGADA, TRÂNSITO EM JULGADO E PRECLUSÃO....	81
5	COISA JULGADA PARCIAL: A FORMAÇÃO PROGRESSIVA DA COISA JULGADA NO CPC/2015.....	85
5.1	TERMO INICIAL DA COISA JULGADA: O MOMENTO QUE SURGE A IMUTABILIDADE.....	85
5.1.1	O Entendimento do Superior Tribunal de Justiça	86
5.1.2	A Posição do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal	90
5.1.3	Conclusão Parcial: Possibilidade de Trânsito em Julgado em Momentos Distintos e de Formação de Coisa Julgada Progres- siva	92
5.2	CONSEQUÊNCIAS DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PARCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO PROCES- SUAL	95
5.3	COISA JULGADA PARCIAL E O SUPOSTO EFEITO TRANS- LATIVO DOS RECURSOS.....	96
6	A AÇÃO RESCISÓRIA.....	103
6.1	NOÇÕES GERAIS	104
6.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO: FUNDAMENTOS DE RESCIN- DIBILIDADE.....	106
6.3	PRAZO PARA AJUIZAMENTO.....	108
6.3.1	Prazos Especiais.....	108
6.4	PROCEDIMENTO	109
6.5	AÇÃO RESCISÓRIA EM FACE DE CAPÍTULOS AUTÔNOMOS DA DECISÃO OU DE DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO	112
6.6	O PROBLEMA DO TERMO INICIAL PARA A PROPOSITURA DA RESCISÓRIA QUE VISA DESCONSTITUIR A COISA JUL- GADA PARCIAL	113
6.6.1	O Entendimento do STJ – Súmula 401. Há um Único Prazo de Rescisória, Contado do Trânsito em Julgado da Última Decisão Proferida no Processo.....	114

6.6.2 A Posição Intermediária. O Termo Inicial Pode Variar, Mas o Termo Final Não	120
6.6.3 A Posição Defendida – Superação da Súmula 401 do STJ a Partir da Interpretação Sistemática do CPC de 2015. Contagem Autônoma dos Prazos: para Cada Coisa Julgada Há um Prazo de Ação Rescisória.....	122
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS	145
ÍNDICE REMISSIVO	151